

## DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE COUSSO EM MATÉRIA DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Manoel Batista Calçada Pombal, nascido em 23/07/1965, casado, natural do Brasil, habitualmente residente na freguesia de S. Paio, titular do cartão de cidadão número 30345713 9zy8, que outorga na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Melgaço e em representação do Município de Melgaço, contribuinte fiscal número 505592940, com poderes para o ato;

E

**SEGUNDO OUTORGANTE:** José Carlos Gonçalves, nascido em 13/09/1973, natural de Couso, habitualmente residente em Virtelo, freguesia de Couso, titular do cartão de cidadão número 110043227, que outorga na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de Couso em representação da Junta de Freguesia de Couso, com contribuinte número 507860969, com poderes para o ato;

### CONSIDERANDO QUE:

1. O Município de Melgaço possui uma extensa área de vias e espaços públicos, para melhor servir a população do concelho;
2. É convicção deste Município de que as Freguesias garantam uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
3. O **MUNICÍPIO**, por força do disposto no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dispõe de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, ambiente e proteção civil sendo as suas competências próprias nessa matéria,

designadamente a limpeza das vias e espaços públicos conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal;

4. Cabe às Câmaras Municipais, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhes forem delegadas ao abrigo do artigo 132.º daquela Lei;

5. A concretização da delegação de competências, materializada no presente Acordo de Execução, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013 e tem por objeto a delegação das competências previstas na alínea b) do nº 1 do referido art.º 132º;

6. Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Melgaço preparou com a Junta de Freguesia de Couso o presente Acordo de Execução de Delegação de Competências.

Assim, entre os representantes de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 133º conjugado como artigo 132º, nº1 alínea b), do Anexo I, da referida Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Acordo de Execução de Delegação de Competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de 23/02/2018, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião 19/02/2018 e pela Assembleia de Freguesia de Couso em sessão de 28/04/2018, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de 14/04/2018.

### Cláusula Primeira

#### Objeto

O presente Acordo de Execução tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA** em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, nomeadamente: estradas, caminhos, passeios, percursos pedestres, papeleiras, jardins, espaços de jogos e recreio, polidesportivos, etc.; tendo também como garantia o funcionamento adequado do sistema de drenagem de águas pluviais, através de ações de limpeza e manutenção, nomeadamente em: valetas, aquedutos, sargetas, etc.



## Cláusula Segunda

### Recursos financeiros

- 1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula primeira é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba anual no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros), a transferir por conta das competências ora delegadas.
- 2 – A verba anual no montante estabelecido no número anterior foi determinada por via de negociação com a Junta de Freguesia.
- 3– A verba referida no número anterior será transferida para a **FREGUESIA** em três prestações, concedidas de quatro em quatro meses.
- 4 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder será, se necessário e desde que fundamentado, objeto de acertos financeiros.

## Cláusula Terceira

### Recursos Humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário.

## Cláusula Quarta

### Recursos Patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário.

## Cláusula Quinta

### Obrigações da FREGUESIA

1. No âmbito do presente Acordo de Execução, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;
- b) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências.

#### Cláusula Sexta

##### Execução e Avaliação do Contrato

1 - A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelo **MUNICÍPIO** que, para o efeito, poderá realizar reuniões conjuntas e periódicas com a **FREGUESIA**, solicitando todas as informações que considere pertinentes para a avaliação do presente contrato.

#### Cláusula Sétima

##### Prazo de Validade do Contrato

O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018.

#### Cláusula Oitava

##### Resolução Pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
  - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
  - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, o **MUNICÍPIO** deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da referida Lei n.º 75/2013.



**Cláusula Nona**  
**Modificação do Acordo de Execução**

1. O presente Acordo de Execução pode ser modificado por acordo entre as partes, sempre que as circunstâncias em que se fundou a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do Acordo de Execução.
2. A modificação do Acordo de Execução obedece a forma escrita.

**Cláusula Décima**  
**Revogação**

O presente Acordo de Execução não é suscetível de revogação.

**Cláusula Décima Primeira**  
**Caducidade**

O Acordo de Execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 7.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

**Cláusula Décima Segunda**  
**Cabimento e Compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelo número de cabimento nº 28551, de 14/02/2018, correspondendo-lhe o compromisso a atribuir por cada uma das três prestações.

**Cláusula Décima Terceira**  
**Disposições Legais Aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão o respetivo clausulado e a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

2 – Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Melgaço, 30 de abril de 2018.

O Primeiro Outorgante

  
\_\_\_\_\_

O Segundo Outorgante

  


A Técnica Superior

  
\_\_\_\_\_